

## **POLÍTICA SOCIAL DE ESPORTE E LAZER NO GOVERNO LULA: O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE**

*Marcelo Resende Teixeira*<sup>1</sup>  
*Wagner Barbosa Matias*<sup>2</sup>  
Ministério do Esporte  
Brasília – DF – Brasil

*Pedro Fernando Avalone Athayde*<sup>3</sup>  
*Fernando Mascarenhas*<sup>4</sup>  
Universidade de Brasília  
Brasília – DF – Brasil

**RESUMO:** O presente estudo analisa o Programa Esporte e Lazer da Cidade, de responsabilidade do Ministério do Esporte, utilizando como base as categorias e os indicadores propostos por Boschetti (2009). Após a análise, foi identificado o marco legal, a abrangência, os critérios de acesso e permanência, bem como as formas de articulação com esferas governamentais e Organizações Não Governamentais. Ainda foi constatada a asfixia orçamentária vivenciada pelo referido Programa, que deve persistir, tendo em vista a realização dos megaeventos esportivos no País, a dificuldade dos gestores em compreender o desenho conceitual inovador do Programa em questão, que prevê um modelo de gestão compartilhada, auto-organização, trabalho coletivo e vivência dos conteúdos do lazer de forma intergeracional.

**PALAVRAS CHAVE:** Governo. Política Social. Atividades de Lazer.

### **SOCIAL POLICY OF SPORT AND LEISURE IN GOVERNMENT LULA: SPORT AND LEISURE PROGRAM CITY**

**ABSTRACT:** This study analyzes the Sport and Leisure Program City of responsibility of the Ministry of Sport, based on market categories and indicators proposed by Boschetti (2009). After analysis, the lawful framework, scope, criteria for access and retention was identified as well as the forms of cooperation with governmental spheres and NGOs. Although the budget was found choking experienced by that program, which should persist in view of the realization of mega sporting events in the country, the difficulty for managers to understand the innovative conceptual design of the program in question which provides a model of shared management, self-organization, collective work and experience of the leisure of content generation to the next.

<sup>1</sup> Especialista em Administração e Marketing Esportivo (UGF).

<sup>2</sup> Mestre em Educação Física (UnB). Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – AVANTE-UnB.

<sup>3</sup> Doutor em Política Social (UnB). Pesquisador do AVANTE-UnB.

<sup>4</sup> Pós- Doutor em Política Social (UERJ). Coordenador do AVANTE-UnB.

**KEYWORDS:** Government. Public Policy. Leisure Activities.

## 1. Introdução

A partir de 2003, com a criação do Ministério do Esporte (ME), houve uma modificação institucional no campo esportivo. Apesar do orçamento ainda incompatível com as necessidades existentes, o Governo Federal buscou formular uma política nacional para o setor (MATIAS, 2013).

Entre os diversos programas implementados pelo ME, destaca-se o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que possui o objetivo de:

[...] suprir as carências de políticas públicas e sociais, que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças e exclusão social a que estão submetidas (BRASIL, 2008, s/p).

O PELC foi criado em 2003, a partir das experiências administrativas de gestores públicos a frente de secretarias municipais e estaduais de esporte pertencentes ao campo popular e democrático da política, bem como pelo acúmulo de conhecimentos dos setores acadêmicos da Educação Física e das Ciências do Esporte (CASTELLANI FILHO, 2007; SUASSUNA, 2009).

No desenho conceitual daquele Programa, encontram-se diversos pontos inovadores no trato do esporte e do lazer como política pública e social. Entretanto, ao longo dos anos, surgiram limites para a plena implementação e consolidação de tais avanços.

Neste sentido, o presente estudo procura apontar os avanços, os limites e os desafios do PELC no contexto das políticas de esporte e lazer desenvolvidas pelo Governo Federal.

## **Delineamento Metodológico**

A presente investigação se caracteriza como uma pesquisa social de nível exploratório, uma vez que a literatura científica revela que tal temática ainda carece de estudos. A abordagem escolhida foi de caráter quantitativo-qualitativo, que se apoia no levantamento documental.

Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se uma revisão da literatura e uma pesquisa empírica, que teve como fonte principal os documentos oficiais publicados pelo ME<sup>5</sup> e dados do Portal da Transparência<sup>6</sup>, do Governo Federal, e do portal “SIGA Brasil”, do Senado Federal (SF)<sup>7</sup>.

O recorte da pesquisa compreende o período 2003-2010 - gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Contudo, os dados orçamentários de 2011 também serão utilizados na presente investigação<sup>8</sup>. Para a construção da análise, adotou-se o modelo formulado por Boschetti (2009). Sem desconsiderar a importância de que as análises considerem elementos essenciais, tais como: natureza do capitalismo, papel do Estado e relações com as classes sociais e o papel daquelas classes, a pesquisadora sugere três aspectos para avaliação das políticas sociais, a saber: a) configuração e abrangência dos direitos e benefícios; b) configuração do financiamento e gasto; e, c) gestão e controle social democrático.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.esporte.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2013.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2013.

<sup>7</sup> O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público desenvolvido pelo Senado Federal, que permite acesso amplo e facilitado ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/orçamento/sigabrasil>. Acesso em: 15 mar. 2013.

<sup>8</sup> Destaca-se que o PELC, apesar de ser criado em 2003, somente foi inscrito no Plano Plurianual (PPA) em 2004. Portanto, os dados, especialmente no que se refere ao orçamento, serão analisados a partir do referido ano.

Boschetti (2009) desdobra tais dimensões em categorias e indicadores<sup>9</sup>, e ressalta a necessidade do pesquisador em conhecer a política e/ou o programa a ser analisado, a fim de que possa utilizá-los ou mesmo realizar adaptações e/ou construir um novo arcabouço categorial a partir das especificidades do objeto de investigação, possibilitando uma reflexão que considere as múltiplas determinações da realidade observada.

## **2. O Brasil de FHC à Lula**

A partir da década de 1970, eclode em diversos países mais uma crise estrutural do modo de produção capitalista. Apesar de uma retórica conciliatória, de uma nova “ordem mundial”, a referida crise foi o que faltava para a adoção de atitudes mais agressivas e aventureiras do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Neste período, o Brasil possuía um quadro social e econômico de crise, mas com peculiaridades no campo político com alternância de regimes e movimentos de esquerda forte, aderindo tardiamente à nova lógica do capitalismo.

O país entrou para a nova etapa do capitalismo mundial a partir do Governo Fernando Collor (1990-1992). Entretanto, “o escolhido”, de fato, pelas instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial – BM) para efetivamente colocar em ação os (des) ajustes econômicos foi o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

---

<sup>9</sup> Os indicadores do aspecto “Direitos e Benefícios” são: a) tipo e natureza do benefício; b) abrangência; c) critérios de acesso; d) formas e mecanismos de articulação e/ou vinculação. Em relação ao aspecto “Financiamento e Gasto”, os indicadores são: a) fontes do financiamento (progressivas e regressivas); b) direção do gasto; c) magnitude do gasto. Por fim, o aspecto “Gestão e Controle Social Democrático” apresenta os seguintes indicadores: a) relação entre as esferas governamentais; b) relação entre Estado e Sociedade; e, c) canais e mecanismos de controle democrático.

O eixo de seu governo seguiu as orientações do Consenso de Washington<sup>10</sup>. As políticas sociais foram afetadas pela lógica de racionalização dos recursos, pela ideia minimalista de Estado que transfere os serviços públicos para a esfera privada e o chamado “terceiro setor”<sup>11</sup> e pela focalização do atendimento das ações estatais em detrimento da universalização, como proposto no texto constitucional (BEHRING, 2008; MONTÃO, 2010).

A política social durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, fruto da opção (ou imposição) de um modelo de desenvolvimento econômico, não privilegiou as prescrições da Carta Magna. Na correlação de forças, conforme as classes e frações de classes sociais, prevaleceram os interesses dos detentores do capital econômico, o que levou a diminuição do gasto público e da responsabilidade do Estado como provedor de direitos sociais, transferindo para instituições não estatais suas obrigações, seja via privatização, seja por meio de Parcerias Público Privadas (PPPs).

Os reflexos promovidos pelas políticas neoliberais de encolhimento do Estado no trato com a “questão social”, com medidas compensatórias e paliativas, não por motivo de falta de eficiência, mas por ter que se adequar à nova lógica neoliberal, reverteu, portanto, todas as conquistas adquiridas na década de 1980, ampliando, assim, a “dívida social” do País (MONTÃO, 2010).

---

<sup>10</sup> “Com o intuito de orientar esse processo – fundamentalmente nos países periféricos –, em novembro de 1989 realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como *Consenso de Washington*. As recomendações desta reunião abarcaram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual” (MONTÃO, 2010, p. 29).

<sup>11</sup> De acordo com Montão (2010, p. 22), “[...] numa perspectiva crítica e de totalidade, o que é chamado de “terceiro setor” refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidade) para a função social de respostas às sequelas da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua”.

Em 2002, a coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com Luís Inácio Lula da Silva como candidato a Presidência da República, vence as eleições. De acordo com Sader (2010), a vitória se deve ao fracasso político e econômico do Governo anterior, da conseqüente reprovação da sua gestão e da resistência dos movimentos populares, mesmo golpeados pelas políticas neoliberais. Naquele pleito eleitoral, três em cada quatro brasileiros rejeitaram nas urnas a continuidade das políticas desenvolvidas pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, simbolizadas pelo seu candidato José Serra (BORON, 2010).

Conforme Boito Junior (2007), os três movimentos da política neoliberal do Governo de Fernando Henrique Cardoso favoreceram o grande capital financeiro nacional e internacional. Mas somente o primeiro - a mercadorização e a desregulamentação dos direitos sociais -, concebeu unidade à burguesia. As privatizações diminuíram o poder dos grupos que controlavam as estatais e as empresas de médio porte que não puderam participar do processo. E, com as medidas de abertura comercial e a desregulamentação financeira, o capital industrial foi negligenciado em detrimento do grande capital financeiro.

A conquista da coalizão liderada pelo PT no segundo turno daquelas eleições engendrou um clima de euforia e comoção em grande parte da população brasileira. Afinal, era a chegada de um operário à Presidência da República. Finalmente a “esperança havia vencido o medo”. Entretanto, o PT do colégio de Sion<sup>12</sup> já não era mais o mesmo e tinha que pagar a dívida assumida no período eleitoral com setores do capital. O primeiro desafio do novo presidente foi organizar a equipe de governo e, nos postos estratégicos, foram colocadas pessoas diretamente ligadas à burguesia - caso do

---

<sup>12</sup> Ver Singer (2009).

Banco Central do Brasil (BCB) e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)<sup>13</sup>. Para acomodar todos aqueles que formaram a aliança vencedora no pleito eleitoral, o Governo Lula ampliou o número de Ministérios e de Secretarias Especiais. Ademais, destaca-se que diversas lideranças de movimentos sociais e sindicais foram alocadas em cargos na Esplanada dos Ministérios - fato que gerou certo desconforto e apassivamento por parte daquelas entidades de representação de classe.

Após escalar a equipe, o Governo Lula se depara com a herança deixada pelo “tucanato”. De acordo com Behring (2008, p.23):

O novo governo encontra o país dilacerado e com uma série de armadilhas econômicas – com destaque para a bomba de juros em combinação com o endividamento externo e interno, somando as atitudes predatórias dos especuladores- amarras jurídicas, a exemplo da lei de responsabilidade fiscal, para que o Estado possa cumprir um papel estruturante e redistributivo. Portanto, a tarefa é a de uma corajosa reconstrução do Brasil após avalanche, o dilúvio neoliberal com suas graves sequelas, que deixa de herança um país privatizado, profundamente endividado, ainda mais desigual e violento.

Sem dúvida, a coalizão liderada pelo PT recebeu um País com uma economia em situação difícil e uma “dívida social altíssima”. E ainda, herdou consensos nacionais tecidos por anos de neoliberalismo, incorporados na chamada “carta ao povo brasileiro”<sup>14</sup>. Os princípios da sua gestão constam neste documento, lançado antes do

---

<sup>13</sup>No Banco Central do Brasil, foi alocado Henrique Meirelles, ex-deputado do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na Agricultura, foi nomeado Roberto Rodrigues, coordenador do centro do agronegócio da Fundação Getúlio Vargas. E na pasta de Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, presidente do conselho de administração do grupo Sadia, do qual é acionista.

<sup>14</sup>Singer (2009; 2011) considera que a “carta ao povo brasileiro” foi sendo tecida desde a derrota do PT em 1989. Nas eleições daquele ano, no segundo turno, houve polarização por renda nas eleições e Collor obteve o maior percentual dos votos entre os eleitores mais pobres. O documento lançado em 2002, como estratégia de campanha, torna-se orientação do partido, pois, o Governo, ao manter o tripé da política econômica neoliberal, impede reações do capital à sua política social, e possibilita ao PT, sem grandes instabilidades, a adesão do subproletariado.

pleito de 2002, na tentativa de acalmar o mercado financeiro, ou seja, a fração hegemônica no bloco de poder.

Em tal documento, o PT se compromete a cumprir todos os contratos firmados, em pagar juros da dívida externa e combater a inflação. Por outro lado, também expressa o desejo da mudança, de diminuir a desigualdade e ampliar os investimentos no campo social.

Ao assumir, em 2003, o Governo, aquela aliança manteve o tripé da política macroeconômica, o controle da inflação, o câmbio flutuante e o superávit primário, inclusive com mais consistência que o governo anterior<sup>15</sup>. Neste sentido, ocorreu no Brasil a repetição das ações adotadas no passado “ratificando-se o rumo neoliberal adotado por sucessivos governos brasileiros, se bem com um ligeiro matiz, especialmente sobre o final do primeiro mandato de Lula: a extensão do “bolsa família” [...]” (BORON, 2010, p. 75).

Desta forma, uma primeira compreensão do Governo Lula é a opção pela continuidade das alianças com a burguesia, negligenciando o caminho das reformas profundas, ao governar, segundo as regras do “possibilismo”, o desenvolvimento dentro da ordem capitalista.

Entretanto, alguns intelectuais ligados ao Governo afirmam que é um equívoco estabelecer linearidade entre as políticas de Fernando Henrique Cardoso e de Lula. Estes argumentam que apesar da manutenção dos pilares macroeconômicos do neoliberalismo, houve um rompimento, a partir de 2006<sup>16</sup>, com maior presença do

---

<sup>15</sup> De acordo com Paulani (2012), complementarmente, outras medidas também são tomadas para concluir o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira: extensão da reforma da previdência aos servidores públicos, a reforma da lei das falências e as medidas para aumentar o grau de abertura financeira.

<sup>16</sup> Em 2006 e 2010, a coalizão liderada pelo PT venceu as eleições para Presidente da República. Lula foi reeleito em 2006 e, em 2010, a candidata vitoriosa foi Dilma Rousseff.

Estado, ao direcionar os investimentos e ampliar o crédito, ao redistribuir a renda com aumento real do salário mínimo, ao ampliar as políticas sociais focalizadas, como, por exemplo, o Programa “Bolsa Família”. Da mesma forma, ao reorientar a política externa do País, com superávits da balança comercial, em especial, em *commodities*, com o pagamento da dívida com o FMI e a diminuição da dependência dos Estados Unidos da América (EUA), ampliando o arco de relações do comércio externo, especialmente com os países localizados ao sul do globo (ROUSSEFF, 2010; POCHMANN, 2011).

Fagnani (2011, p.76) também compartilha desta posição. De acordo com aquele autor, a partir de 2006, o Governo caminhou “no sentido de construir uma nova estratégia de proteção social baseada no desenvolvimento econômico com estabilidade, distribuição da renda e convergência entre as ações universais e focalizadas”.

Observa-se, por fim, que a estratégia de desenvolvimento do Governo Lula põe em cheque a visão dicotômica existente entre política social e política econômica. O gasto social alimenta e retroalimenta decisiva e positivamente a economia brasileira. “Sem as transferências previdenciárias, assistenciais, trabalhistas, sem os serviços e os bens relacionados à habitação e ao saneamento, a economia do país daria vários e vários passos atrás” (FERREIRA *et al*, 2010, p. 18). Neste sentido, a política social está intrinsecamente ligada à política econômica, potencializando a acumulação capitalista.

A organização das políticas econômicas e sociais do Governo Lula cria um modelo alcunhado por apoiadores de neodesenvolvimentistas e por críticos de linha liberal-desenvolvimentista. A despeito da denominação utilizada, trata-se de um modelo que possui limites e avanços. Diante do exposto até aqui, instiga saber como se configurou a política esportiva brasileira. Para responder a referida questão, é preciso

analisar um dos principais programas do ME: o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

### **3. O direito ao esporte e o Programa Esporte e Lazer da Cidade**

Conforme Manhães (2002, p.25), até a Constituição Federal (CF) de 1988, “todas as medidas definidoras de políticas, conceito e prioridades, no campo do esporte, foram originárias do período chamado Estado Novo [...] com modificações apenas periféricas ou formais”.

Com a nova Carta Magna, o esporte passa a figurar como direito de cada um e um dever do Estado. Apesar disso, continuou, ao longo da década de 1990, marginalizado no momento da elaboração e implementação de políticas públicas. Os poucos recursos destinados para políticas sociais são prioritariamente, frente o quadro de desigualdade social, para alguns campos específicos, a saber: educação, saúde, habitação e segurança (BRACHT, 2005; SUASSUNA, 2007).

Em 2003, surge o Ministério do Esporte (ME), com a missão de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando, para o desenvolvimento nacional e humano (BRASIL, 2003, p.1)<sup>17</sup>. Assim, havia uma esperança de que, finalmente, o texto da CF de 1988, que garante o esporte como direito, fosse materializado pelo Estado.

---

<sup>17</sup> O Decreto nº. 4.668, de abril de 2003, criou a estrutura e os órgãos do Ministério do Esporte, com as seguintes secretarias finalísticas: Secretaria Nacional do Esporte Educacional (SNEED); Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL); e, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Porém, com o Decreto nº. 7.529/2011, houve uma reestruturação do referido Ministério, apresentando-se da seguinte forma: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS); Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); e, Secretaria Nacional do Futebol e Direitos do Torcedor.

Entre os diversos programas desenvolvidos pelo ME, é preciso destacar o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Conforme Castellani Filho (2007, p.7), o PELC busca materializar o acesso ao esporte e ao lazer por meio da ação governamental, revertendo a lógica até então predominante e “oferecendo respostas à necessidade social” por políticas de esporte e de lazer apoiadas no “projeto histórico de emancipação humana”.

Para Mascarenhas (2007, p.18), o ponto central do programa é “a problemática do lazer em suas inter-relações com a educação e a cidadania”, buscando, de acordo com Castellani Filho (2007), a autonomia esportiva e de lazer do cidadão.

O programa está ancorado em três eixos, a saber: a) manter os núcleos esportivos nas comunidades e fomentá-los; b) consolidar os Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedes); e, c) Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer (BRASIL, 2012).

Para a viabilidade das ações, são firmadas parcerias com Estados, Municípios e organizações do “terceiro setor”, sempre por meio de convênios. Em termos gerais, os princípios do PELC são os mesmos presentes no documento “Política Nacional de Esporte”, publicado em 2005, a saber: a) da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e violência social; b) do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; c) da universalização e inclusão social; e, d) da democratização da gestão e da participação (BRASIL, 2005).

Quanto ao eixo “Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer”, objeto do presente estudo, o programa ampliou gradualmente, ao longo dos anos, a

oferta de atividades de lazer para a população brasileira nas diversas faixas etárias<sup>18</sup> (BRASIL, 2011).

Os núcleos atendem no máximo quatrocentos inscritos, sob a coordenação de um profissional indicado pelo Município e com atuação de seis agentes sociais de esporte e lazer<sup>19</sup>. As atividades contemplam as diversas manifestações culturais, sendo organizadas sob a forma de oficinas, ministradas por aqueles agentes (profissionais selecionados conforme as diretrizes do Programa e as oficinas ofertadas pelos núcleos) com local e horário pré-estabelecido, de caráter permanente e/ou rotativo, de acordo com as características e interesses dos participantes, sendo desejável que os participantes frequentem no mínimo duas atividades diferentes.

Além das atividades regulares, as diretrizes prevêm atividades assistemáticas (eventos), cujo objetivo é a integração entre os participantes do núcleo com os demais cidadãos. Os eventos são vistos como parte integrante da execução do PELC, organizados de forma coletiva, envolvendo a comunidade como um todo, nos diversos momentos da execução do convênio.

Até 2010, foram formalizados seiscentos e setenta convênios, que permitiram 10.602.559 atendimentos de cidadãos de 1.277 Municípios, com atividades de esporte recreativo e de lazer, gerando 18.995 postos de trabalhos e 22.898 agentes sociais e

---

<sup>18</sup> Souza et al (2010) identificou que entre os beneficiados do Programa, destacam-se crianças e adolescentes. Entre os adultos jovens (18 a 44 anos), tinha-se 12,2%, 9% tinha entre 45 e 59 anos e 7,5% possuía mais de 60 anos. Os dados apresentados *a priori* demonstram a dificuldade do referido Programa em chegar à população em idade laboral. Outro ponto que também merece discussão é sobre como vem sendo tratado o princípio da intergeracionalidade no PELC. A possibilidade de troca de conhecimentos, de cultura entre as diferentes gerações, que seria um dos pilares do Programa, enfrenta dificuldades de concretização, seja pelo não entendimento dos gestores locais, seja pela fragmentação das ações do ME em grupos específicos, ou ainda, pelo baixo público em idade mais avançada, por falta de interesse ou de oferta de atividade.

<sup>19</sup> No caso do PELC Vida Saudável, que atende o público idoso, existe um coordenador de núcleo e dois agentes sociais de esporte e lazer.

gestores capacitados em 64 horas de curso, divididas em módulo introdutório e de avaliação (BRASIL, 2011).

Apesar dos dados serem expressivos para a realidade do setor esportivo brasileiro, o Governo Federal está bem distante de implementar uma política universal de esporte e lazer. No caso do PELC, ao longo dos anos, houve uma contenção de recursos para o Programa, com a priorização do ME dos programas de esporte de alto rendimento (EAR) e no âmbito social do Programa Segundo Tempo (PST), como será demonstrado a seguir (CASTELAN, 2011).

Além disso, Neto, Vieira e Athayde (2012, p. 12) destacam como limites para a plena implementação do PELC, “a dificuldade do poder público perceber outras organizações da sociedade civil como parceiras em potencial, bem como a espantosa limitação em superar o modelo piramidal ligado ao esporte”.

Outro obstáculo ao desenvolvimento dos núcleos do Programa é a precariedade e a má distribuição da infraestrutura esportiva e de lazer existente nos Municípios. Apesar da existência de um eixo no PELC ligado à construção e modernização de espaços esportivos, os recursos orçamentários, especialmente as emendas, atendem prioritariamente os redutos eleitorais dos parlamentares (MATIAS, 2013).

Via de regra, essas emendas atendem interesses das bases eleitorais de deputados e senadores (comunidades urbanas e rurais, entidades beneficentes, clubes, igrejas, etc). No caso do orçamento para atividades esportivas e de lazer, é muito solicitada a construção de quadras, piscinas e ginásios poliesportivos, preferencialmente em estabelecimentos públicos de ensino. (...) Já virou rotina o orçamento da União estourar por causa do excesso de emendas de parlamentares. (BOUDENS, 2007, p. 93).

Tal prática corrobora para a pulverização dos recursos públicos, ou seja, para a distribuição dos gastos com o esporte por inúmeras obras, através de parcelas muitas vezes insuficiente para a conclusão de projetos. Assim, os recursos que poderiam

compor a dotação global para o setor, distribuídos conforme uma política nacional democrática, participativa e descentralizada, uma vez marcados sob a forma das emendas, acabam por servir à articulação de demandas locais fundadas em interesses eleitorais dos parlamentares (BEZERRA, 1999; BOSCHETTI, 2003).

Portanto, por mais que o desenho conceitual do PELC seja inovador para o campo das políticas de esporte, superando a lógica da pirâmide esportiva, tratando “o esporte e o lazer como instâncias de emancipação e desenvolvimento humano” (GUALBERTO e LINHALES, 2009, p. 88), a complexa dinâmica social brasileira engendra limites para a consolidação desse avanço.

#### **4. Configuração do financiamento e do gasto**

Faz-se importante tratar dos aspectos financeiros do eixo “Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer”. Neste sentido, Boschetti (2009) trabalha com três indicadores, que compreendem: a) as fontes do financiamento; b) a direção dos recursos; e, c) a magnitude dos gastos. Para este texto seguiremos estas referências da autora e seus desdobramentos.

De acordo com informações disponíveis no portal “Siga Brasil” (2011), as fontes para o financiamento do desporto e lazer são recursos ordinários e contribuições sobre recursos de prognósticos. Estes estão vinculados às loterias. Já àqueles, a impostos, como, por exemplo, o Imposto de Renda (IR) e o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

A prioridade do Ministério do Esporte (ME) no Governo Lula, no âmbito social, sempre foi o Programa Segundo Tempo (PST) (ATHAYDE, 2009). Assim, no decorrer da execução do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), foi possível identificar

diversos contingenciamentos de recursos. Castellani Filho (2007, p. 2), que ocupou o cargo de Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (2003-2006), descreve a questão da seguinte forma:

Ao longo dos últimos três anos sobreviveu às intempéries da quase total e absoluta ausência de recursos orçamentários-financeiros, vítima de uma brutal asfixia diante de um já minguado orçamento ministerial, também ele fortemente contingenciado. Só não foi ferido de morte por causa do sentido inovador de seu desenho conceitual inspirado nas experiências administrativas de governos populares e democráticos [...].

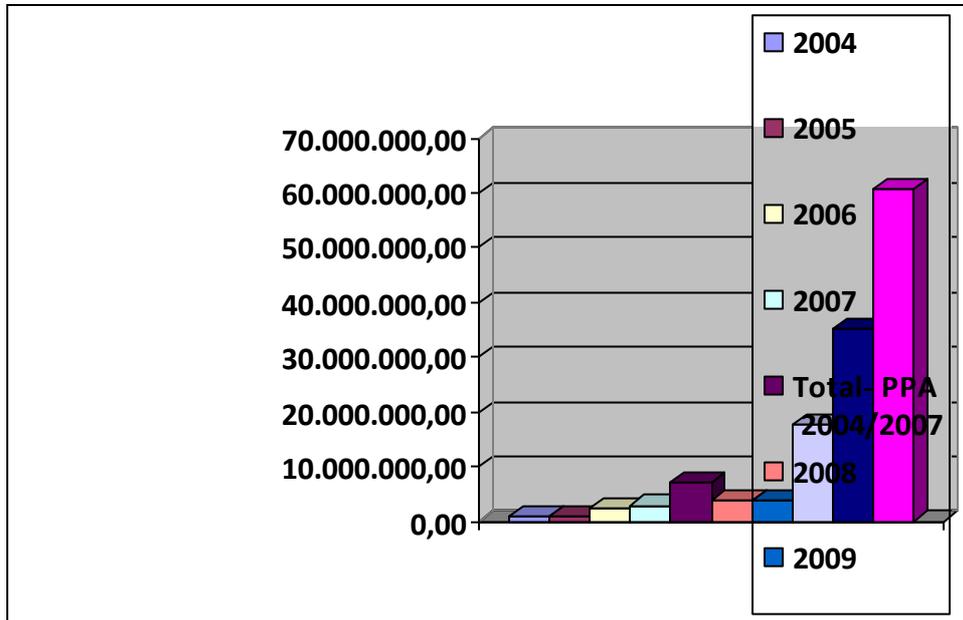
No presente estudo, com base nos dados presentes no Portal da Transparência, os “gastos diretos” e as “transferências de recursos” efetuado pelo Governo Federal por ano, de 2004 a 2011 (PPA- 2004 a 2007 e PPA 2008 a 2011), os “gastos diretos do governo”<sup>20</sup> com os núcleos do PELC, foi no montante de R\$ 67,5 Milhões<sup>21</sup>. No Plano Plurianual (PPA) de 2004 a 2007, o volume de recursos não chegou aos R\$ 7 milhões; já no PPA de 2008 a 2011, o valor superou R\$ 60,6 milhões. Conforme informações expressas no Gráfico 1, a seguir, houve um aumento progressivo de 2006 a 2011 - o que ocorreu também com o orçamento do ME.

---

<sup>20</sup> Cf. o glossário existente no “Portal da Transparência” do Governo Federal (Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario>. Acesso em: 12 de nov. 2012).

<sup>21</sup> Para todos os dados apresentados, fez-se uso do deflator Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Gráfico 1: Gastos Diretos do Governo entre 2004 a 2010.



Fonte: Portal da Transparência. Elaboração dos autores (2014).

Tais recursos são destinados para os parceiros realizarem o pagamento de recursos humanos para a aquisição dos materiais aprovados e o desenvolvimento das demais ações que, porventura, possam ter sido pactuados.

Ao comparar o direcionamento dos gastos por programa de cada secretaria finalística, percebe-se a predominância do investimento no esporte de alto rendimento (Programa Brasil no Esporte de Rendimento e Rumo ao Pan).

Tabela 1 - Gastos com os programas do ME

Programas	PST	PELC	Brasil no esporte de rendimento	Rumo ao Pan
<b>2004</b>	5.562.638,12	856.972,09	1.544.951,12	627.361,99
<b>2005</b>	4.019.386,62	739.311,87	3.295.383,46	9.685.521,86
<b>2006</b>	3.502.526,28	2.478.029,19	12.096.224,12	57.311.777,66
<b>2007</b>	3.533.477,36	2.923.251,54	13.642.398,58	418.050.599,65
<b>Total- PPA</b>				
<b>2004/2007</b>	<b>16.618.028,38</b>	<b>6.997.564,69</b>	<b>30.578.957,28</b>	<b>485.675.261,16</b>
<b>2008</b>	8.714.781,61	3.873.511,82	39.585.120,80	34.802.524,61
<b>2009</b>	19.713.446,01	3.912.648,71	131.299.030,30	0,00
<b>2010</b>	29.458.254,40	17.625.559,48	455.558.622,90	11.948.460,65
<b>2011</b>	63.429.498,90	35.188.820,73	803.037.586,12	712.594,63
<b>Total- PPA</b>	<b>121.315.980,92</b>	<b>60.600.540,74</b>	<b>1.429.480.360,12</b>	<b>47.463.579,89</b>
<b>2008/2011</b>				

Fonte: Portal da transparência. Elaboração dos autores (2014).

Portanto, em relação ao direcionamento dos recursos entre os Programas supramencionados, não resta dúvida que nos dois PPAs (2004-2007; 2008-2011), o foco foi o esporte de rendimento, com exceção de 2004, onde o PST recebeu um volume de recursos maior, e em 2005, que em relação ao Programa “Brasil no Esporte de Rendimento”, os programas sociais também tiveram um montante superior. Mas na comparação do aporte feito ao Programa “Rumo ao Pan”, desde 2005, o Governo privilegia no âmbito orçamentário o esporte-mercadoria-espetáculo.

Um fato que chama atenção é a elevação do montante destinado ao Programa “Brasil no Esporte de Rendimento” após o Pan 2007. Quando comparado o valor gasto com o Programa entre os PPAs, no segundo, houve um aumento de quase 500%, no caso dos programas sociais o crescimento não chega a 10%.

Ao confrontar os valores destinados ao PST e ao PELC, é possível perceber a priorização do primeiro, que atende crianças e adolescentes, em detrimento do segundo, que desenvolve ações para todas as idades. Os poucos recursos repassados ao PELC

comprometem “[...] a perspectiva de consubstanciação do esporte e lazer como direito social e de priorização das dimensões sociais inerentes a esses fenômenos” (ATHAYDE, 2011, p. 10).

Há de se destacar que a relação do setor público com as organizações esportivas e demais atores ligados ao EAR (mídia e mercado) deve ser intensificada nos próximos anos, tendo em vista o Plano Decenal elaborado na III Conferência Nacional do Esporte (BRASIL, 2010), a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro<sup>22</sup>.

As políticas sociais de esporte e lazer, materializadas especialmente através do PST e do PELC, ficarão cada vez mais submissas à agenda do esporte enquanto emulador do crescimento econômico (MASCARENHAS *et al.*, 2012).

## **5. Gestão e Controle Democrático**

Sobre este terceiro aspecto, Boschetti (2009) destaca três indicadores de análise, a saber: a) relação entre esferas governamentais; b) relação entre as esferas não governamentais; e, c) participação e controle social, sendo este último o foco do presente estudo.

O modelo de gestão do Programa considera como fundamental a descentralização e a participação dos sujeitos sociais. A gestão dos núcleos é feita pelo Comitê Gestor, composto de membros da entidade conveniada, trabalhadores do Programa, beneficiados e movimentos populares. Estes possuem a responsabilidade de “acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações do convênio; efetivar a

---

<sup>22</sup> Os dados previstos no dossiê de candidatura pelo Governo para a organização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, superam o total de recursos gastos nos sete anos do PELC. A previsão de gasto para este evento é de R\$ 28,8 bilhões de reais (COB, 2009).

avaliação processual dos agentes sociais de esporte e lazer e das atividades desenvolvidas, além de realizar reuniões regulares” (BRASIL, 2012, p. 18).

O Governo Federal garante boa parte dos recursos, e as entidades conveniadas (Governos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Organizações Não Governamentais - ONGs) contribuem com um percentual menor. A União ainda “acompanha e orienta a organização dos núcleos de esporte e lazer, apresentando diretrizes e princípios veiculados por meio de uma política de formação” (HUNGARO *et al*, 2012, p. 86).

Pela própria concepção do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), os parceiros preferenciais para o desenvolvimento do programa são entidades públicas. Contudo, na impossibilidade legal e ausência do interesse desses, de forma contraditória, foram realizados diversos convênios com entidades do “terceiro setor”<sup>23</sup>.

Neste sentido, vale observar o caso do Distrito federal:

[...] pela oposição política ao Governo Federal, a materialização dos programas federais- para implementar núcleos do programa em questão- foi inviabilizada na relação entre os entes federativos. Nessas circunstâncias, os militantes progressistas do campo do esporte e lazer que residiam no Distrito Federal tiveram de buscar saídas para que a população pudesse ter acesso a esta política do Governo Federal. A saída foi a criação de um consórcio de entidades da sociedade civil, com tradição de lutas sociais, vinculados ao esporte e lazer (ibid, p. 58).

As parcerias com entidades públicas e privadas na tentativa de garantir o acesso ao lazer a todos os cidadãos possui o acompanhamento da sociedade civil por meio do sistema de ouvidoria do Ministério do Esporte (ME) e, principalmente, através da

---

<sup>23</sup>Harvey (2011, p. 204) comenta que as entidades do chamado “terceiro setor”, financiadas por interesses estatais e privados, se abstém de uma política estritamente capitalista, mesmo defendendo ideias e causas progressistas. “Em alguns casos, no entanto, elas são ativamente neoliberais, defendendo a privatização de funções do Estado de bem-estar social ou promovendo reformas institucionais para facilitar a integração de populações marginalizadas no mercado[...]”.

organização social, que é indicada pelo parceiro para acompanhar o desenvolvimento das oficinas, dos eventos realizados e das ações de formação modular (BRASIL, 2012).

Se no âmbito local, o PELC requer parcerias para ser implementado, no cenário nacional, o Programa tem como uma de suas marcas a intersetorialidade; possui parcerias com o Ministério da Educação (MEC), através do Programa “Mais Educação”; com o Ministério do Turismo (MTur), por meio do Programa “Viaja Mais - Melhor Idade”; com o Ministério da Cultura (MinC), com o Programa “Mais Cultura”; com o Ministério da Justiça (MJ), no caso do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI); e, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (SOUZA et al, 2010).

O caráter interdisciplinar do Programa requer uma equipe de trabalho também multiprofissional, o que se concretiza por meio dos agentes sociais de esporte e lazer. Assim, os trabalhadores do PELC possuem formação variada e com “[...] perfil de mobilizadores sociais, com legitimidade junto à comunidade para, a partir de suas inserções, exercerem o papel de aglutinadores dessas comunidades [...]” (CASTELANNI FILHO; VERONEZ; LIAO, 2008, p. 82) e incentivadores à vivência dos conteúdos do lazer (atividades artísticas, físicas, manuais, turísticas e intelectuais).

A formação continuada promovida pelo Programa é fundamental tanto para a formação profissional dos trabalhadores e gestores do referido Programa, para a avaliação do trabalho realizado, bem como para promover à auto-organização da comunidade e dos agentes sociais.

Tal formação se dá em três níveis, a saber: local, regional e nacional. O primeiro restringe a questões teórico-pedagógicas e administrativas do convênio, e os outros,

problematizam as referidas questões a nível nacional. A formação local é dividida em pelo menos três momentos, quais sejam: a) um introdutório, com caráter de aproximação aos conceitos, princípios do programa; b) o segundo, articulado à execução do convênio; e, c) ao final, avaliando o programa (NETO; VIEIRA e ATHAYDE, 2012).

Como pano de fundo, o PELC propõe, após o término do convênio, que a comunidade tenha uma estrutura governamental e conhecimentos para continuar e reformular as ações sistemáticas e assistemáticas de lazer desenvolvidas<sup>24</sup>.

Tem-se aí uma importante inovação no modelo de gestão de Programas de esporte e lazer no País. Uma proposta que aposta na emancipação dos participantes, mesmo reconhecendo os limites da ordem social vigente, o que significa a construção de uma autonomia esportiva.

Apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos, o PELC ainda continua com um modelo de gestão que se propõe como democrático e participativo. Contudo, as dificuldades dos gestores em compreender suas nuances ainda persistem. Afinal, o modelo tradicional burocrático e centralizado permeia a Administração Pública.

Assim, mesmo que os documentos oficiais apontem pela democratização, descentralização e participação social, como é o caso do PST, cresce a preocupação dos gestores em estabelecer critérios e padrões para celebração e execução do Programa, como fica evidente em suas diretrizes.

Enquanto a adoção de critérios rígidos busca garantir um mínimo de qualidade no atendimento aos beneficiados, também pode comprometer a possibilidade anunciada

---

<sup>24</sup> Souza et al (2010) constataram algo interessante ao entrevistarem os beneficiados do Programa. Quando perguntados o que aconteceria quando o convênio terminar a vigência, mais da metade responderam que a comunidade reivindicaria junto aos órgãos públicos a continuidade das atividades, ou iria continuar independente do Programa.

nas diretrizes de auto-organização e trabalho coletivo, engessando o funcionamento dos núcleos.

Apesar de, formalmente, o PELC estimular a participação social, é possível notar a existência de barreiras, seja pelo desinteresse da comunidade ou a ausência de uma estratégia efetiva do ME de estímulo e de valorização do controle democrático exercido pelos cidadãos (VIEIRA *et al.*, 2011)

A participação da comunidade no desenvolvimento do Programa continua sendo um grande desafio para os gestores públicos, seja no âmbito federal ou estadual e municipal, que executam a parceria.

## **6. Considerações Finais**

O presente estudo realizou uma análise da execução do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) no período 2004-2010, nos aspectos referentes ao direito ao esporte e lazer, ao financiamento e à gestão do Programa, no contexto das políticas sociais desenvolvidas pelo Governo Lula e da realização, nos próximos anos, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

A partir de 2003, as políticas de esporte e lazer se tornaram de responsabilidade do Ministério do Esporte (ME). Pela primeira vez, o País passava a ter uma pasta específica para o campo esportivo. No conjunto de Programas implementados, destaca-se o PELC. Com um desenho conceitual inovador, possui em suas diretrizes, pressupostos (auto-organização, trabalho coletivo, intergeração etc.) que rompem com as políticas tradicionalmente desenvolvidas no setor.

O Programa, inspirado em experiências acadêmicas e de administrações do campo popular e democrático, se estrutura em três eixos, a saber: a) funcionamento de

núcleos de esporte recreativo e de lazer; b) desenvolvimento de infraestrutura; e, c) rede de centros de desenvolvimento de pesquisa.

Os núcleos de esporte recreativo e de lazer, eixo articulador do Programa, foram o foco de análise do presente estudo. A compreensão do esporte e lazer como direito social possibilitam aos participantes, por meio do PELC, a vivência de atividades culturais sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (eventos) desenvolvidas pelos trabalhadores vinculados ao Programa (agentes sociais).

Cada núcleo do Programa atende cerca de quatrocentas pessoas de todas as idades nos espaços (públicos ou privados) existentes na comunidade, sendo que em cada núcleo possui um coordenador e seis agentes sociais. Ressalta-se que a quantidade de núcleos em cada convênio é definida pelo número de habitantes do município.

Apesar do seu desenho inovador, o programa sofreu ao longo dos anos com a asfixia orçamentaria. Diante de um orçamento ministerial pequeno e constantemente contingenciado, de disputas no interior do ME e da priorização do Programa Segundo Tempo (PST) como principal Programa social e esportivo da pasta ministerial, o PELC sobreviveu basicamente em função das emendas parlamentares (CASTELAN, 2011).

O crescimento no orçamento nos últimos anos reflete o crescimento de recursos recebidos pelo ME. O PELC continua preterido pela gestão da pasta, confirmada pela ausência em 2011 de edital para a formalização de novas parcerias.

Quanto ao aspecto da gestão e do controle democrático, o Programa prevê o compartilhamento de responsabilidades, com a formação de um grupo gestor. No desenho conceitual do Programa, a sociedade civil é estimulada a acompanhar a execução e sugerir mudanças para o aperfeiçoamento das atividades ofertadas.

Ao fim das atividades ofertadas pelo convênio, a perspectiva é que a comunidade reconheça o esporte e o lazer como direitos sociais e possam reivindicar a continuidade das ações e/ou fazer autonomamente.

Por fim, é preciso apontar algumas barreiras para a boa execução do Programa. Sem dúvida, a principal é a orçamentaria, mas ainda existe a dificuldade dos gestores conveniados em entender a proposta do PELC, muito pela hegemonia no setor do modelo piramidal, tradicionalmente vinculado ao esporte de alto rendimento.

Outra limitação é a dificuldade em trabalhar o Programa de forma que promova a troca de experiências entre as diferentes gerações. É preciso que a formação promovida pelo ME possibilite aos agentes sociais a compreensão dos conhecimentos pedagógicos relacionados ao esporte e ao lazer, a partir dos pressupostos teóricos que sustentam o Programa.

Diante do exposto, tem-se a certeza da necessidade de novas investigações, que visem aprofundar algumas das temáticas elencadas, contribuindo para o aperfeiçoamento do PELC como política que garante a todos o direito de acesso ao esporte e ao lazer.

## REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **Programa Segundo Tempo: Conceitos, Gestão e Efeitos**. Brasília, 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, UNB, 2009.

\_\_\_\_\_. O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula. **SER Social**. Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEZERRA, M. O. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BOITO Jr., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista Sociologia e política**, Curitiba, n. 28, p. 57-73, jun.2007.

BORON, Atilio A. **O socialismo no século 21**: Há vida após o neoliberalismo? Trad. Fabiane Tejada da Silveira *et al.* São Paulo: Expressão popular, 2010.

BOSCHETTI, I. **Assistência social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: Edição da autora, 2003.

\_\_\_\_\_. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009. v.1, p. 575-592.

BOUDENS, E. P. J. **O financiamento do esporte no primeiro mandato de Lula (2003-2006)**. Rio de Janeiro: T+8; Usina de Letras, 2007.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 3. ed. Injuí: Ed. Unijui: 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de edições técnicas, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.668**, de 09 de abril de 2003. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Esporte, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 10 de abril, 2003, p.2.

\_\_\_\_\_. **Política nacional do esporte**. Brasília: Ministério do Esporte, 2005. 44 p.

\_\_\_\_\_. **Manual de implementação do programa esporte e lazer da cidade**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

\_\_\_\_\_. **III Conferência nacional do esporte**: texto básico. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento. **Esporte**. 2011. Brasília. Disponível em: [https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro4/4.4\\_Esporte.pdf](https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro4/4.4_Esporte.pdf). Acesso em 10 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. **Orientações para implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesPELC2011.pdf>. Acesso em: 11 set. 2012.

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Campinas, 2011.188f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2011.

CASTELLANI FILHO, LINO. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação dos agentes sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_; VERONEZ, L. F.; LIAO, R. O esporte recreativo, o lazer, a saúde, a ciência e tecnologia no âmbito da política nacional do esporte no 1º Governo Lula-2003/2006. In: HUNGARO, E. M.; SOUSA, W. L. L. de (Org.). **Cultura, Educação, Lazer e Esporte**. Santo André: Alpharrabio, 2008.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Rio 2016: cidade candidata. **Dossiê de candidatura**. V. 1. Rio de Janeiro: COB, 2009.

FAGNANI, Eduardo. A política social do governo Lula: perspectiva histórica. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 41-80, jan./jun. 2011.

FERREIRA, Helder *et al.* **Perspectivas da política social no Brasil**. Instituto de pesquisa e econômica aplicada. Brasília: IPEA, 2010

GUALBERTO, Cláudio; LINHALES, Meily Assbú. **Análise do PELC no Município de Periquito/MG: o ponto de vista de uma comunidade usuária**. In: BRASIL. Ministério do Esporte. Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social. Coletânea de Premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. 432 p.

HARVEY, David. **O Enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HUNGARO, Edson Marcelo. *et al.* O programa esporte e lazer da cidade e a sociedade civil do Distrito Federal. In: FILGUEIRA, Dulce; NETO, Alfredo Feres (Org.). **Esporte e lazer: a cidadania em construção**. Brasília: Thesaurus, 2012.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de esportes no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: graal, 2002.

MASCARENHAS, Fernando. Outro Lazer é possível! Desafio para o Esporte e Lazer da Cidade. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). **Gestão Pública e Política de Lazer: A Formação de Agentes Sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MASCARENHAS, F. *et al.* O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v.2, n. 2. p. 15-32, ago./dez.2012.

MATIAS, Wagner Barbosa. **O enigma olímpico: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no Governo Lula**. Brasília, 2013. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, UnB.

MÉSZAROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo *et al.* 2. ed., ver. e amp. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTÃO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed. São Paulo: cortez, 2010.

NETO, Alfredo Feres; VIEIRA, Luiz Renato; ATHAYDE. Estado, poder e programas sociais: O PELC e o governo Lula. In: FILGUEIRA, Dulce; NETO, Alfredo Feres (Org.). **Esporte e lazer: a cidadania em construção**. Brasília: Thesaurus, 2012.

PAULANI, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de economia e política internacional**. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais, n.10, abr./jun., 2012.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

ROUSSEFF, Dilma. Um país para 190 milhões. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org.) **Brasil entre passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. IN: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org.) **Brasil entre passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Revista novos estudos**. Ed.85. São Paulo: CEBRAP, 2009. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/acervo/acervo.asp>. Acesso em: 23 out. 2011.

\_\_\_\_\_. A segunda alma do partido dos trabalhadores. Ed. 88. São Paulo: **CEBRAP**, 2010. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/acervo/acervo.asp>. Acesso em: 23 out. 2011.

SOUZA *et al.* **Sistema de monitoramento & avaliação dos programas esporte e lazer da cidade e segundo tempo do ministério do esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.184 p.

SUASSUNA, D. M. F. Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer no Brasil (1996-2005). IN: SUASSUNA, D. M. F.; Azevedo, Aldo A.(Org.). **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: thesaurus, 2007.

\_\_\_\_\_. O programa esporte e lazer da cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16, CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3, 2009. Salvador. **Anais...** Salvador, 2009. Disponível em:<http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/1484/781>. Acesso em: 03 jan., 2011.

VIEIRA, L. H. S. *et al.* **Estudos sobre a gestão do programa esporte e lazer**. Brasília: Ministério do Esporte, 2011. Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social. Coletânea de Premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009.

#### **Endereço dos Autores:**

Marcelo Resende Teixeira

Endereço Eletrônico:

Marcelo Resende Teixeira  
QSC 07 IOTE 32 Casa 03 –  
Taguatinga Sul – DF – 72.016-070  
Endereço Eletrônico: marinresende@yahoo.com.br

Wagner Barbosa Matias  
Quadra 22, Lote 09, apt. 303 – Gama Leste  
Gama – DF – 72460-000  
Endereço Eletrônico: wagneruesb@yahoo.com.br

Pedro Fernando Avalone Athayde  
SHIS QI 9, Cj 7, Casa 7 – Lago Sul  
Brasília – DF – 71625-070  
Endereço Eletrônico: pedroavalone@gmail.com

Fernando Mascarenhas  
Universidade de Brasília – Campus Universitário Darcy Ribeiro  
Faculdade de Educação Física – Asa Norte  
Brasília – DF – 70910-970  
Endereço Eletrônico: fernandom@unb.br